

Centrão já colhe votos de garantia às emendas

BRASÍLIA — O Centrão iniciou, ontem, a coleta das 280 assinaturas para garantir a preferência automática às nove emendas de sua autoria ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. O grupo optou por buscar primeiro o apoio da maioria às propostas, firmando um compromisso de que alguns pontos mais polêmicos ainda poderão ser alterados até o prazo final para a apresentação das emendas, no dia 13.

A decisão de deflagrar o processo de coleta de assinaturas, em vez de discutir primeiro com os integrantes do grupo alterações no conjunto de emendas, foi tomada em reunião na noite de ontem, na residência do Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

— É preciso aproveitar a presença, esta semana, de grande parte do Centrão em Brasília. Nos próximos dias a frequência vai cair muito, pois só ficarão aqui aqueles constituintes envolvidos no processo de negociações — afirmou o Deputado José Lins (PFL-PE), coordenador do grupo que elaborou as propostas centristas.

Como há algumas divergências no Centrão acerca das propostas, basicamente nos títulos Dos Direitos e Garantias Fundamentais (II), Da Tributação e do Orçamento (VI) e Da Ordem Econômica (VII), os líderes estão informando aos integrantes do grupo que as emendas poderão vir a sofrer alterações.

— Todos estarão recebendo, a partir de hoje, o texto com as indicações dos dispositivos ainda passíveis de modificações — disse o Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ).

Estabilidade é passo inicial para a união

Telefoto de J. França

BRASÍLIA — O primeiro passo decisivo para a unificação das propostas do Centrão, do "Grupo dos 32" e do "Grupo do Entendimento" foi dado ontem à noite, em reunião dos representantes dos três grupos na casa da Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Em conversas durante todo o dia de ontem, os grupos começaram a estudar nova proposta para a questão da estabilidade, reunindo os pontos de vista do Centrão e do "Grupo dos 32".

Apresentada pelo Deputado José Maria Eymael (PDC-SP), representante do "Grupo do Entendimento", em reunião ontem à tarde com o "Grupo dos 32", a fórmula protege o trabalhador contra a despedida arbitrária e assegura, sem prejuízo de outros direitos a serem determinados em lei, indenização compensatória proporcional ao tempo de serviço, majorada se a demissão ocorrer nos primeiros dois anos do contrato.

Em princípio, o "Grupo dos 32" decidiu manter o texto de seu projeto Hércules IV — segundo o qual não pode haver demissão arbitrária e a questão seria regulamentada pela lei ordinária —, mas dois de seus principais negociadores, Sandra e o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), admitiram que, mais adiante, o grupo poderá evoluir para a proposta de Eymael, se esta representar um acerto geral.

— Ninguém vai impor nada para ninguém. Os outros estão descobrindo agora o que nós, do "Grupo dos 32", sempre soubemos: que os pontos de entendimento sempre foram mais numerosos do que as discordâncias — disse Sandra.



O "Grupo dos 32" debate seus pontos de união com as demais correntes

Segundo Eymael, a questão está evoluindo e esta proposta representa um meio termo entre as do "Grupo dos 32" e as do Centrão, já que este último estipula a indenização como a única compensação ao trabalhador demitido.

Por via das dúvidas, o "Grupo dos 32", que se reuniu ontem à tarde para repassar seu texto, já está preparado para levá-lo ao plenário, independentemente dos possíveis acordos. O Hércules IV será apresentado sob a forma de nove emendas substitutivas de títulos do projeto. Mas, prevendo-se outros rumos nas negociações, foi também dividido em 95 emendas individuais a dispositivos específicos.

Já o "Grupo do Entendimento" se reúne hoje para aprovar as propostas elaboradas por seus coordenadores temáticos. O grupo voltou atrás em seu propósito de não apresentar emendas ao projeto, embora vá apoiar muitas das propostas do

"Grupo dos 32".

Para a ordem econômica, por exemplo, o grupo deverá examinar hoje propostas de emenda elaboradas pelo Deputado Adroaldo Streck (PDT-RS). Entre elas, tornar o conceito de empresa nacional mais flexível e menos restritivo, de forma a não impedir os investimentos no País. Segundo Streck, a nova redação do artigo 200, que trata do assunto, seria um meio termo entre a proposta do Centrão e o que foi aprovado pela Comissão de Sistematização.

O "Grupo do Entendimento" deverá propor também a supressão do artigo 207, que nacionalizou a distribuição dos derivados de petróleo. Embora pretenda manter no projeto a proibição de contratos de risco, tentará atenuar a medida nas Disposições Transitórias, incluindo o respeito à validade dos contratos em vigor e o direito à reciprocidade para os países em que o Brasil atuar desta forma.

Grupo quer votar antes sistema de governo e mandato

BRASÍLIA — A maioria dos integrantes do "Grupo dos 32" defende a inversão da pauta de votação em plenário do projeto de Constituição. Eles querem que o mandato presidencial (Título IV e Disposições Transitórias) e o sistema de governo (Título IV) sejam votados antes dos demais temas.

Segundo o Senador José Richa (PMDB-PR), um dos coordenadores do grupo, a inversão facilitaria a votação dos outros pontos, "visto que nestes dois temas residem as maiores polêmicas da Constituinte". Mas Richa admite que a modificação da ordem das votações é quase impossível, porque seria necessário alterar novamente o Regimento ou conseguir um acordo unânime de lideranças, o que considera difícil.

— Teríamos de reabrir a guerra regimental, que consumiu mais de dois meses de trabalho — disse.

O grupo acolheu proposta do Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que prevê quatro anos de mandato para o atual e para os futuros Presidentes, com direito a uma reeleição. Agora incluída no conjunto de emendas do projeto Hércules IV, elaborado pelo grupo, a proposta é diferente da que a Comissão de Sistematização aprovou. Esta fixou o mandato do Presidente José Sarney em quatro anos e o dos seus sucessores em cinco.

A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) aposta num expressivo número de signatários de outros grupos para as emendas relativas ao mandato presidencial e ao parlamentarismo. O projeto do grupo difere pouco do que foi aprovado pela

Comissão de Sistematização e estebece a implantação do parlamentarismo ainda este ano.

Sandra acha que, com a aprovação em plenário dos quatro anos de mandato para os Presidentes, com direito a uma reeleição, ficará totalmente esvaziado o debate sobre a duração do mandato do Presidente José Sarney. Ela acredita até mesmo na possibilidade de se suprimir das Disposições Transitórias qualquer alusão ao mandato de Sarney.

— Aço que basta aplicar o princípio da igualdade do mandato do atual com o dos futuros Presidentes — explicou.

O "Grupo dos 32" pretende encaminhar sua proposta parlamentarista com pelo menos 300 assinaturas. Para isso, os coordenadores do grupo iniciaram ontem a coleta de assinaturas para suas emendas, que serão apresentadas por Títulos, seguindo a fórmula regimental aprovada na terça-feira.

Para apressar a coleta de assinaturas e explicar aos constituintes suas propostas, os coordenadores do "Grupo dos 32" prepararam amplo material: uma edição do projeto Hércules IV, que já está sendo distribuída, e ainda um estudo comparativo entre o que foi aprovado pela Comissão de Sistematização e as propostas do grupo.

Sandra Cavalcanti acredita que as emendas de seu grupo traduzem o pensamento da maioria dos constituintes, até mesmo os do Centrão. As emendas do "Grupo dos 32" deverão ser assinadas ainda por integrantes do Movimento da Unidade Progressista (MUP) do PMDB.

Centrão insiste em não propor sistema

BRASÍLIA — O Centrão reafirmou, mais uma vez, o princípio de não incluir entre suas propostas de emendas ao projeto de Constituição os assuntos sistema de governo e mandato presidencial. O Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), parlamentarista, tentou negociar o apoio do grupo à emenda do Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que propõe um presidencialismo "mitigado", mas as principais lideranças do grupo reagiram, porque acreditam que o tema é fator de divisão, e não

de aglutinação.

A emenda Manoel Moreira é apoiada pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e foi elaborada por seu principal assessor, o jurista Miguel Reale Júnior. Basicamente, propõe um sistema de governo nos moldes do uruguaio: presidencialismo com alguns institutos parlamentaristas. Mas, apesar de prever um Primeiro-Ministro que teria a função de coordenador do Ministério, mantém a Chefia do Governo em mãos do Presidente da Repú-

blica, dando maior expressão ao sistema presidencialista.

Bonifácio vem defendendo a negociação da emenda Manoel Moreira há algum tempo. Ele entende que a proposta tornaria viável o consenso sobre o sistema de governo a ser adotado pela Constituinte, agradando a presidencialistas e parlamentaristas.

Segundo Bonifácio, o presidencialismo "mitigado" não representaria

uma mudança tão radical no atual sistema, que ele chama de "imperial", e poderia ser um estágio de transição na direção do parlamentarismo clássico, que defende.

Os argumentos de Bonifácio foram contestados pelos Deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Aff Domingos (PL-SP). Na opinião dos dois, o envolvimento do Centrão neste tema, bem como na questão do mandato, provocaria uma divisão no grupo.

Covas consultará bancada do PMDB

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, está convocando a bancada do partido para uma reunião na quarta-feira, a fim de consultá-la sobre a conveniência de o PMDB endossar ou não a proposta de antecipar a votação do sistema de governo e do mandato do Presidente José Sarney no plenário.

Favorável à tese, Covas argumenta que, resolvendo-se de início estes dois temas, as demais votações transcorreriam com maior tranqüilidade. Além disso, vê "muita lógica", pois todo o texto constitucional já fi-

caria ajustado ao sistema de governo definido pela Constituinte.

— Com isso, tiráramos da frente dois elementos perturbadores do processo — defendeu.

O Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que já patrocinou a tese de antecipação, agora é contra. Para ele, qualquer alteração na ordem estabelecida exigiria nova mudança no Regimento ou acordo de lideranças.

— A mudança no Regimento já nos tomou um tempo enorme — disse.

Tributação precisa ser modificada, diz Sarney

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney, em reunião, ontem, no Palácio da Alvorada, com os principais líderes do Centrão, pediu alterações no capítulo VI, Da Tributação e do Orçamento, do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. No entanto, segundo o Deputado José Lins (PFL-CE), o grupo, que conta com a maioria na Constituinte, não pretende apresentar nenhuma emenda neste sentido, por entender que a questão é bastante polêmica e qualquer discussão neste sentido dividiria o grupo.

Segundo José Lins, a principal preocupação do Presidente diz respeito "ao excessivo beneficiamento dos Estados, com um prejuízo considerável para os cofres da União".

Diante do déficit público que enfrenta, o Governo não gostaria de ver reduzido o seu poder de arrecadação. O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, também presente ao encontro, discorreu sobre o assunto, na tentativa de sensibilizar os Constituintes.

Apesar de convencidos da necessidade de garantir uma "repartição do bolo" que beneficie a União, os integrantes do grupo não pretendem encampar nenhuma emenda. José Lins afirmou que poderão surgir propostas isoladas que reúnam o Centrão, mas apenas esporadicamente. Segundo ele, a questão terá que ser resolvida pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

PDT propõe à Mesa inversão da votação

BRASÍLIA — O Líder do PDT, Brandão Monteiro, apresentou à Mesa da Constituinte um projeto de resolução que altera o Regimento Interno, estabelecendo que a duração do mandato do Presidente Sarney e o sistema de Governo serão votados em primeiro lugar. A proposta tem o apoio do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, mas precisa do apoio de todas as lideranças para ser colocada em votação. Até agora, são contra a antecipação o Líder do PFL, José Lourenço, o Líder do PCB, Roberto Freire, e o Presidente Nacional do PT, Olívio Dutra.

Temendo a rejeição por parte dos parlamentaristas, que precisam de tempo para consolidar a sua tese entre os constituintes, o Líder do PDT também elaborou um projeto de decisão que apenas convoca eleições diretas para a Presidência da República em 1988, sem entrar na questão do sistema de Governo. Para apresentar este projeto, ele precisa colher 187 assinaturas, mas a decisão será tomada em plenário.

Monteiro reconhece que a decisão sobre o projeto que convoca eleições não seria definitiva, porque os constituintes poderiam optar, na votação das Disposições Transitórias, pelo mandato de transição de cinco anos, anulando os efeitos do seu projeto. Mas acrescenta que o valor político da decisão seria grande.

Já o projeto de resolução que altera o Regimento Interno precisa do apoio de todas as lideranças para ser colocado em votação. Covas apoia a antecipação, mas vai ouvir a bancada na próxima semana para to-

mar uma decisão final. Sant'Anna é favorável à antecipação do sistema de Governo, mas entende que a questão do mandato é indiferente.

Brandão Monteiro argumenta que esses temas devem ser definidos logo, porque influem em toda a Constituição e geram incertezas e instabilidade para o País. Mas não esconde que também está interessado em definir a data das eleições para apressar o lançamento da campanha de Brizola à Presidência. Covas e Sant'Anna preferem argumentar que o sistema de Governo precisa ser definido logo, porque é um dos pontos estruturais da Constituição.

Roberto Freire quer manter a ordem de votação para dividir o Centrão no Título dos Direitos Individuais, onde este grupo, segundo ele, teria propostas bastante conservadoras. Mas também quer tempo para consolidar a tese parlamentarista.

— Esta atitude demonstra a fragilidade do presidencialismo. Eles querem votar logo, porque sabem que o parlamentarismo cresce no debate. Na questão do mandato, há um equívoco do PDT. Não seria conveniente enfrentar o Centrão agora, quando há uma forte influência do Presidente Sarney sobre o grupo.

Olívio Dutra acha apenas que "seria casuismo antecipar a votação".

— Isto dá a idéia de que há grupos de pressão agindo na Constituinte. Seria como condicionarmos os outros temas a isto. O sistema de Governo é importante, mas tem o seu tempo e lugar certo na Constituinte.